



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Apoio Especializado**  
**Especialidade Contador**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

**Abstrações**

“Deus não joga dados com o Universo”, disse Einstein, para nos assegurar que existe um plano por trás de, literalmente, tudo, e que o comportamento da matéria é lógico e previsível. A física quântica depois revelou que a matéria é mais maluca do que Einstein pensava e que o acaso rege o Universo mais do que gostaríamos de imaginar. Mas fiquemos com a palavra do velho. Deus não é um jogador, o Universo não está aí para Ele jogar contra a sorte e contra Ele mesmo. Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra jogam com economias inteiras e podem destruir países com um lance de dados, ou uma ordem de seus computadores, em segundos.

Às vezes eles têm uma cara, e até opiniões, mas quase sempre são operadores anônimos, todos com 28 anos, e um poder sobre as nossas vidas que o Deus de Einstein invejaria. Deus, afinal, é sempre o ponto supremo de uma cosmogonia organizada, não importa qual seja a religião. Todas as igrejas têm metafísicas antigas e hierarquizadas. Todos os deuses podem tudo, mas dentro das expectativas e das tradições de seus respectivos credos. Até a onipotência tem limites.

A metafísica dos operadores das bolsas de valores, dos deuses de 28 anos, é inédita. Não tem passado nem convenções. É a destilação final de uma abstração, a do capital desassociado de qualquer coisa palpável, até do próprio dinheiro. Como o dinheiro já era a representação da representação de um valor aleatório, o capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada – e é ela que rege as nossas economias e, portanto, as nossas vidas. E quem pensava ter liberado o mundo de um ideal inútil, o de sociedades regidas por abstrações como igualdade e solidariedade, se vê prisioneiro do invisível, de um sopro que ninguém controla, da maior abstração de todas.

(Adaptado de Luis Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**)

1. A frase de Einstein, citada pelo autor na abertura do texto, **contrapõe-se** à ideia de que

- (A) as religiões materializam metafísicas antigas e bem organizadas.
- (B) os princípios de igualdade e solidariedade estão fora do mundo material.
- (C) a matéria é regida por princípios lógicos e inteiramente previsíveis.
- (D) o comportamento da matéria é regido por forças ocultas e aleatórias.
- (E) a dinâmica da matéria sempre supõe uma relação de causa e efeito.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O sentido da frase de Einstein é exemplificado no texto pelo comportamento típico dos operadores das bolsas de valores.
- II. Da manipulação de capital nas bolsas, caracterizada pela abstração, advêm profundos efeitos sobre todos nós.
- III. Ao contrário da metafísica das religiões, a conduta dos operadores das bolsas não tem por base uma cosmogonia antiga e organizada.

Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *a matéria é mais maluca do que Einstein pensava* (1º parágrafo) = nem Einstein sabia que a matéria também não joga dados.
- (B) *destilação final de uma abstração* (3º parágrafo) = reversão última da imaterialidade.
- (C) *uma cosmogonia organizada* (2º parágrafo) = uma ordem arbitrária do cosmos.
- (D) *fiquemos com a palavra do velho* (1º parágrafo) = acolhamos a assertiva de Einstein.
- (E) *se vê prisioneiro do invisível* (3º parágrafo) = torna-se refém de sua própria abstração.

4. O segmento que, no contexto, **NÃO** revela a perspectiva irônica característica do autor é:

- (A) (...) *Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra* (...) (1º parágrafo)
- (B) *Às vezes eles têm uma cara, e até opiniões* (...) (2º parágrafo)
- (C) *Todas as igrejas têm metafísicas antigas e hierarquizadas.* (2º parágrafo)
- (D) (...) *um poder* (...) *que o Deus de Einstein invejaria.* (2º parágrafo)
- (E) (...) *são operadores anônimos, todos com 28 anos* (...) (2º parágrafo)



5. A afirmação de que *o capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada* (3º parágrafo) encontra justificativa no fato de que
- (A) as operações financeiras especulativas não dispõem de lastro reconhecível.
- (B) os jovens operadores das bolsas são pragmáticos e desdenham o acaso.
- (C) os agentes econômicos superestimam os lucros do setor produtivo.
- (D) os modernos operadores seguem à risca a referida frase de Einstein.
- (E) as abstrações econômicas baseiam-se nos mesmos princípios das religiões.
- 
6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Jogar dados com o Universo, segundo Einstein, não estariam nos hábitos e procedimentos de Deus.
- (B) Parece não caber aos jovens operadores das bolsas outra coisa senão fazer apostas em riquezas puramente virtuais.
- (C) A metafísica dos jovens operadores, diferentemente das antigas religiões, não contam com hierarquias e valores tradicionais.
- (D) O que movem os jovens semideuses das bolsas de valores são as apostas em arriscadas especulações financeiras.
- (E) Aos que apostam tudo no mercado financeiro caberiam refletir sobre os efeitos sociais de suas operações.
- 
7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Os adeptos da física quântica, em oposição a Einstein, acreditam de que o acaso é divino, ao imaginar o Universo qual um jogo de dados.
- (B) O autor do texto opta em considerar Einstein correto no que afirma, para demonstrar a arrogância com que jogam os jovens semideuses das bolsas.
- (C) Ao contrário das religiões antigas, em que mesmo a onipotência divina apresentava limites, a metafísica das bolsas implica o plano do absoluto.
- (D) O dinheiro é só uma representação de um valor fictício, haja visto quando comandado por impulsos eletrônicos que se tornam abstratos.
- (E) É muita ironia quando o autor considera que são abstrações a igualdade e a solidariedade, embora ressalve que nem tanto quanto o capital invisível.
- 
8. Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado está empregado com o sentido dos elementos destacados entre parênteses em:
- (A) *existe um plano por trás de, literalmente, tudo (praticamente, relativamente)*
- (B) *Já os semideuses que controlam o capital especulativo (agora mesmo, por ora)*
- (C) *Deus, afinal, é sempre o ponto supremo de uma cosmogonia organizada (por conseguinte, destarte)*
- (D) *capital desassociado de qualquer coisa palpável (adveniente, desmembrado)*
- (E) *até do próprio dinheiro (inclusive, mesmo)*
- 
9. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:
- (A) Não sendo um jogador, não fazendo do acaso uma lei, Deus, para Einstein, é o grande planejador do Universo.
- (B) Deus, para Einstein, não é um jogador mas uma inteligência, que tudo planeja, e tem controle, sobre toda a matéria do Universo.
- (C) Engana-se, quem pensar que as operações abstratas das bolsas de valores, estão longe de exercer influência, sobre o cotidiano de todos nós.
- (D) Igualdade e solidariedade, afirma ironicamente o autor: são abstrações do nosso tempo, espectros remotos, de ideais inúteis.
- (E) De fato, poucas pessoas sabem, como se atribui valor real ao dinheiro que não passa de uma representação simbólica e aleatória de riquezas.
- 
10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os operadores controlam um capital especulativo, em cujos rendimentos representam uma incógnita.
- (B) São impulsos eletrônicos, sobre os quais há pouco ou nenhum controle, que comandam as operações das bolsas.
- (C) Os operadores das bolsas preferem apostar do que investir dinheiro em empreendimentos mais produtivos.
- (D) A idade dos operadores das bolsas sugere o ímpeto de que as operações de investimento são executadas.
- (E) Os adeptos da física quântica julgam que o acaso é também um princípio, do qual o comportamento da matéria não é alheio.



11. De acordo com a Lei nº 3.716/1979, compete ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
- (A) determinar a restauração dos feitos perdidos na Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.
  - (B) expedir ordens que não dependam de acórdãos ou não sejam de privativa competência dos Relatores.
  - (C) assinar os acórdãos com o Relator e os Juízes que requeiram declaração de voto, com exceção dos acórdãos do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura.
  - (D) conhecer e julgar as suspeições opostas ao Diretor Geral, Diretores e demais funcionários da Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.
  - (E) conceder prorrogação de prazo para que magistrados e demais servidores da Justiça tomem posse e entrem no exercício dos cargos.
12. Considere as seguintes assertivas a respeito das incompatibilidades e suspeições:
- I. Não podem ter assento, simultaneamente, no Tribunal de Justiça, Desembargadores parentes ou afins em linha reta, ou na colateral, até o quarto grau, inclusive.
  - II. Pode o Juiz dar-se por suspeito, se afirmar a existência por motivo de ordem íntima, sem necessidade de expor o motivo, quando se tratar de questão civil.
  - III. A incompatibilidade se resolve antes da posse, contra o que deu causa à incompatibilidade, se for imputável a ambas, contra o de investidura mais recente.
  - IV. Na mesma Comarca não podem servir ao mesmo tempo como Juiz e substituto marido e mulher.
- De acordo com a Lei nº 3.716/1979, está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
  - (B) I, II e III.
  - (C) II, III e IV.
  - (D) I, II e IV.
  - (E) II e IV.
13. De acordo com a Lei nº 3.716/1979, a divisão judiciária do Estado do Piauí compreende quarenta
- (A) e duas Comarcas de entrância intermediária.
  - (B) Comarcas de entrância inicial.
  - (C) e cinco Comarcas de entrância intermediária.
  - (D) e duas Comarcas de entrância inicial.
  - (E) e cinco Comarcas de entrância inicial.
14. Com relação ao desenvolvimento na carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, de acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, é correto afirmar:
- (A) A promoção por merecimento ocorre mediante avaliação de desempenho do servidor, feita por comissão composta majoritariamente por servidores efetivos ou aqueles com estágio probatório do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
  - (B) O desenvolvimento dos servidores efetivos na carreira se processa por progressão funcional ou por promoção, condicionada à existência de vagas, obedidos, cumulativamente, os critérios de antiguidade e merecimento.
  - (C) A promoção funcional é a movimentação do servidor de uma referência para a seguinte dentro do mesmo nível, de acordo com o resultado de avaliação de desempenho.
  - (D) A progressão é a elevação do servidor da última referência de um nível para a primeira referência do nível seguinte, observado o interstício mínimo de um ano em relação à promoção funcional imediatamente anterior.
  - (E) Nas carreiras em que for exigida escolaridade de nível superior, a promoção para o último nível da carreira fica ainda condicionada à conclusão de pós-graduação *lato sensu* na respectiva área fim.
15. De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, a Comissão de Avaliação de Desempenho do Servidor (CADES) possui mandato de
- (A) cinco anos e deve ser composta por sete membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
  - (B) três anos e deve ser composta por quatro membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
  - (C) dois anos e deve ser composta por quatro membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
  - (D) três anos e deve ser composta por sete membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
  - (E) dois anos e deve ser composta por seis membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.



16. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Cargos em Comissão, na Organização Judiciária do Estado do Piauí:
- I. Em regra, pelo menos 25% dos cargos em comissão serão preenchidos por servidores efetivos do Poder Judiciário.
  - II. Aos Magistrados, em qualquer grau de jurisdição, competem as indicações para os cargos em comissão de seus gabinetes.
  - III. Os cargos de provimento em comissão de Secretário serão ocupados privativamente por portador de nível de escolaridade de ensino médio completo, devendo o seu substituto legal ou eventual possuir igual formação.
  - IV. Do valor da gratificação pelo exercício de cargo em comissão, 10% corresponde ao vencimento e 90% à representação.
- De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e IV.
  - (B) I e II.
  - (C) II, III e IV.
  - (D) II e IV.
  - (E) III e IV.
17. Mario e Ana são analistas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Mário negligenciou a guarda de bem pertencente à repartição judicial que estava sob sua responsabilidade, possibilitando, assim, que ele se extraísse. Ana, sem previsão legal, utilizou objeto depositado no interesse da Justiça. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 115/2008,
- (A) serão aplicadas as penas de demissão e suspensão, respectivamente.
  - (B) serão aplicadas as penas de suspensão e demissão, respectivamente.
  - (C) será aplicada a pena de demissão nas duas hipóteses.
  - (D) será aplicada a pena de suspensão nas duas hipóteses.
  - (E) serão aplicadas as penas de advertência e suspensão, respectivamente.
18. Marta, servidora pública do Tribunal de Justiça do Piauí aposentada por invalidez, retornou ao serviço, uma vez que uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos de sua aposentadoria. Tânia, também servidora pública do Tribunal de Justiça do Piauí, foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado, uma vez que ocorreu a invalidação de sua demissão por decisão judicial. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, ocorreram, respectivamente, a
- (A) reversão e a reintegração.
  - (B) reintegração e a reversão.
  - (C) reversão e a recondução.
  - (D) reintegração e a recondução.
  - (E) recondução e a reversão.
19. Mario afastou-se do cargo de analista judiciário do Tribunal de Justiça do Piauí para exercer mandato eletivo. Seu amigo, Douglas, que não é servidor público, foi nomeado para cargo de comissão que requereu a mudança de seu domicílio. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, Mario
- (A) e Douglas não receberão ajuda de custo.
  - (B) receberá ajuda de custo, mas Douglas não.
  - (C) não receberá ajuda de custo, Douglas receberá.
  - (D) e Douglas receberão ajuda de custo.
  - (E) não receberá ajuda de custo e Douglas receberá 50% da ajuda de custo a que um servidor teria direito.
20. De acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por
- (A) noventa dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
  - (B) noventa dias, interpoladamente, durante o período de dezoito meses.
  - (C) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
  - (D) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
  - (E) mais de trinta dias consecutivos.



**Instrução:** Para responder às questões de 21 a 30, considere os dados abaixo.

- I. Estimular o trabalho colaborativo, tanto na Internet quanto na Intranet, por meio de instrumentos do tipo diário profissional (ou corporativo) eletrônico, onde conteúdos mais recentes aparecem no topo da página e mais antigos no final.
- II. Utilizar, preferencialmente, um navegador livre (*Software Livre*) para acesso a páginas da Internet.
- III. Transferir toda página pessoal que seja do interesse do Tribunal (arquivos html, imagens e outros correlatos) para o servidor Intranet que abrigará o site desenvolvido, para que este fique disponível ao uso interno e comum.
- IV. Evitar a abertura de mensagens eletrônicas não solicitadas, provenientes de instituições bancárias ou empresas, que possam induzir o acesso a páginas fraudulentas na Internet, com vistas a roubar senhas e outras informações pessoais valiosas registradas no computador.
- V. Ao enviar informações sigilosas via mensagem eletrônica deve-se utilizar de um sistema que faça a codificação (chave, cifra), de modo que somente as máquinas que conhecem o código consigam decifrá-lo.
- VI. Utilizar a impressora multifuncional para converter em arquivo formato jpeg os documentos em papel.
- VII. Proceder, diariamente, à cópia de segurança dos dados em fitas digitais regraváveis (algumas comportam até 72 Gb de capacidade) em mídias alternadas para manter a segurança e economizar material.
- VIII. Ao instalar quaisquer dispositivos que necessitem de comunicação entre o sistema operacional e o *hardware* (espécie de tradutor/intérprete), providenciar as ações necessárias.
- IX. Alterar a pasta onde o editor de textos MS-Word grava seus modelos (extensões .DOT), sendo que a partir dessa alteração os modelos serão gravados nessa e obtidos dessa nova pasta.
- X. Gravar em todo cabeçalho e rodapé das planilhas eletrônicas MS-Excel do Tribunal os padrões de logó e página estabelecidos pela Organização.
21. No item I é estimulado o uso de um instrumento do tipo
- (A) *e-book*.  
(B) *blog*.  
(C) banco de dados.  
(D) *e-mail* corporativo.  
(E) *e-zine*.
22. Para atender à recomendação disposta em II é correto o uso do
- (A) Weblog.  
(B) Mozilla Firefox.  
(C) Skype.  
(D) Internet Explorer.  
(E) Flash.

23. A operação de transferência referida em III trata de
- (A) *backup*.  
(B) *download*.  
(C) *downsizing*.  
(D) *hosting*.  
(E) *upload*.
24. A recomendação em IV é para evitar um tipo de fraude conhecida por
- (A) *chat*.  
(B) *cracker*.  
(C) *spam*.  
(D) *hacker*.  
(E) *phishing scam*.
25. O cuidado solicitado em V aplica o conceito de
- (A) criptografia.  
(B) assinatura digital.  
(C) digitalização.  
(D) desfragmentação.  
(E) modulação/demodulação.
26. No item VI utiliza-se a funcionalidade associada
- (A) à impressão multicolorida, apenas.  
(B) tanto à cópia xerográfica quanto ao fax.  
(C) ao fax, apenas.  
(D) ao *scanner*, apenas.  
(E) tanto ao *scanner* quanto à cópia xerográfica.
27. No item VII é recomendado o uso de mídias conhecidas por
- (A) FAT32.  
(B) FAT.  
(C) NTSF.  
(D) DAT.  
(E) DVD+RW.
28. A ação mencionada em VIII refere-se à instalação conjunta de programas que acompanham os *dispositivos* conhecidos por
- (A) *drives*.  
(B) *firewalls*.  
(C) *drivers*.  
(D) *adwares*.  
(E) *speakers*.
29. A alteração solicitada em IX é feita
- (A) na guia Arquivos, após acessar o item Opções do menu Ferramentas.  
(B) no menu Arquivo, opções Configurar página.  
(C) na guia Arquivos, acessando o item Formatar do menu Editar.  
(D) no menu Formatar, após acessar a guia Arquivos.  
(E) no menu Inserir, após acessar a guia Arquivo, na opção Configurar.
30. A inserção de dados referida em X é possibilitada, em primeira instância, mediante o acesso ao menu
- (A) Formatar.  
(B) Ferramentas.  
(C) Exibir.  
(D) Editar.  
(E) Inserir.



### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Instruções:** Para responder às questões de números 31 a 33 utilize as informações abaixo, relativas às transações efetuadas pela Cia. Comercial Monte Azul no mês de início de suas atividades.

A companhia utiliza o método do inventário permanente e os impostos recuperáveis já estão deduzidos dos preços unitários das compras.

Dia	Transação
3	Compra de 40 unidades a R\$ 200,00 cada uma
9	Compra de 60 unidades a R\$ 220,00 cada uma
15	Venda de 90 unidades a R\$ 400,00 cada uma
25	Compra de 50 unidades a R\$ 240,00 cada uma

31. Se a companhia avaliar seus estoques pelo critério PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), o valor do seu estoque de mercadorias no final do mês corresponderá, em R\$, a

- (A) 13.980,00.
- (B) 14.000,00.
- (C) 14.120,00.
- (D) 14.240,00.
- (E) 14.200,00.

32. O custo das mercadorias vendidas (CMV) da sociedade, nas transações do mês, se esta avaliar seus estoques pelo critério UEPS (último que entra, primeiro que sai), foi, em R\$, de

- (A) 19.200,00.
- (B) 19.120,00.
- (C) 19.080,00.
- (D) 19.000,00.
- (E) 18.920,00.

33. Supondo-se que a companhia avalie seus estoques por meio do critério do custo médio ponderado móvel e que as vendas sejam tributadas pelo ICMS a 12%, pela COFINS a 3% e pelo PIS a 0,65%, o lucro bruto da sociedade no final do mês foi equivalente, em R\$, a

- (A) 11.166,00.
- (B) 11.216,00.
- (C) 11.286,00.
- (D) 11.326,00.
- (E) 11.366,00.

34. A Cia. Comercial Venta Bem, companhia sediada no Estado de São Paulo, que é contribuinte do ICMS, mas não do IPI, comprou um lote de 200 unidades de ventiladores, pagando o preço unitário de R\$ 100,00. Sobre a transação, incidiram o ICMS, à alíquota de 18%, e o IPI, à alíquota de 10%. Posteriormente, revendeu 60% do lote ao preço unitário de R\$ 200,00, com incidência de ICMS à alíquota de 12%, por se tratar de venda interestadual, do COFINS a 3% e do PIS a 0,65%. O lucro bruto auferido pela empresa, considerando-se apenas essas transações, correspondeu, em R\$, a

- (A) 10.660,00.
- (B) 10.404,00.
- (C) 9.860,00.
- (D) 9.360,00.
- (E) 9.204,00.

35. Se ocorrer uma devolução de venda a prazo na escrituração contábil de uma companhia comercial que adota o inventário permanente, a conta

- (A) Custo das Mercadorias Vendidas será debitada.
- (B) ICMS a Recuperar será debitada.
- (C) Devolução de Vendas será creditada.
- (D) Clientes será debitada.
- (E) Estoques será creditada.

36. Uma companhia obteve um empréstimo no exterior correspondente a 100.000 dólares americanos, com prazo de vencimento de 5 anos. Os juros incidem trimestralmente a uma taxa de 8% ao trimestre e são incorporados ao principal. O dólar americano estava cotado para compra no dia do empréstimo a R\$ 2,00 e no dia da primeira incidência dos juros a R\$ 2,20. Efetuada a atualização cambial do principal, já incorporado o valor dos juros, o débito externo da companhia equivalia, na data da primeira incidência de juros, em R\$, a

- (A) 220.000,00.
- (B) 229.800,00.
- (C) 237.600,00.
- (D) 239.800,00.
- (E) 240.200,00.

37. Considerando-se o disposto na Lei nº 11.638/2007, que alterou a redação da Lei das Sociedades por Ações, é classificada como uma reserva de capital a Reserva

- (A) de Ágio na Emissão de Ações.
- (B) de Subvenção de Investimentos.
- (C) de Prêmio na Emissão de Debêntures.
- (D) para Contingências.
- (E) Legal.



38. Analise:
- I. Ativos intangíveis estão sujeitos à amortização pelo período estimado de sua duração ou contrato.
- II. A Provisão Para Perdas Prováveis na Alienação de Investimentos deve ser constituída ainda que a perda não seja permanente, para evitar que o Patrimônio Líquido fique superestimado.
- III. Nas aplicações de renda fixa, os rendimentos devem ser reconhecidos como receita *pro rata temporis* e não apenas no vencimento.
- IV. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é uma conta retificadora do Passivo.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.
39. No exercício de 2008, a Cia. Alvorada optou por reclassificar os saldos que possuía nos grupos Ativo Diferido e Resultado de Exercícios Futuros, de acordo com as determinações da Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008. Os seguintes dados foram extraídos de seu Balanço Patrimonial no exercício findo em 31-12-2008:
- |                                |            |
|--------------------------------|------------|
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 50.000,00  |
| Ativo Circulante               | 280.000,00 |
| Patrimônio Líquido             | 220.000,00 |
| Ativo Intangível               | 60.000,00  |
| Ativo Imobilizado              | 350.000,00 |
| Passivo Não Circulante         | 310.000,00 |
| Investimentos                  | 80.000,00  |
- Logo, o valor do Passivo Circulante da companhia, nesse balanço, em R\$, é igual a
- (A) 190.000,00.
- (B) 240.000,00.
- (C) 270.000,00.
- (D) 290.000,00.
- (E) 350.000,00.
40. Os Princípios Fundamentais de Contabilidade foram definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 774, de 16-12-1994. O Princípio que afirma que a geração natural de novos ativos, independentemente da intervenção de terceiros, é uma receita realizada pela entidade é o da
- (A) Competência.
- (B) Continuidade.
- (C) Prudência.
- (D) Entidade.
- (E) Materialidade.
41. As normas de contabilidade pública no Brasil prescrevem a utilização do regime
- (A) de caixa tanto para despesas quanto para receitas.
- (B) de competência tanto para despesas quanto para receitas.
- (C) de caixa para as despesas e regime de competência para as receitas.
- (D) misto tanto para despesas quanto para receitas.
- (E) de competência para as despesas e regime de caixa para as receitas.
42. Constitui uma receita por mutação patrimonial a Receita
- (A) de amortização por empréstimos concedidos.
- (B) industrial.
- (C) patrimonial.
- (D) de juros sobre empréstimos concedidos.
- (E) de quotas recebidas.
43. É uma despesa extraorçamentária:
- (A) amortização da dívida pública.
- (B) subvenção social de interesse público.
- (C) resgate de empréstimos por antecipação de receita.
- (D) concessão de empréstimos a outro ente público.
- (E) construção de obras públicas.
44. Trata-se de Variação Patrimonial Passiva Independente da Execução Orçamentária
- (A) a cobrança da dívida ativa.
- (B) o repasse concedido.
- (C) a alienação de bens imóveis.
- (D) a perda de bens por obsolescência.
- (E) os juros e encargos sobre a dívida.
45. Com relação à avaliação dos elementos patrimoniais, a Lei nº 4.320/1964 estabelece que
- (A) os bens móveis e imóveis devem ser avaliados pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção, ajustado ao valor de mercado, quando este for menor.
- (B) os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, serão avaliados pelo seu valor nominal, sendo que a conversão para moeda nacional, quando em moeda estrangeira, deverá ser efetuada pela taxa de câmbio vigente na data da transação.
- (C) poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.
- (D) os bens de almoxarifado devem ser avaliados pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai).
- (E) os bens de almoxarifado devem ser avaliados pelo método UEPS (último que entra, primeiro que sai).



46. A inscrição de um débito tributário na dívida ativa, no sistema patrimonial, será efetuada a
- (A) débito do Ativo Financeiro e a crédito de Variação Ativa Dependente de Execução Orçamentária.
- (B) débito do Ativo Financeiro e a crédito de Variação Ativa Independente de Execução Orçamentária.
- (C) crédito do Passivo Financeiro e a débito de Variação Passiva Independente de Execução Orçamentária.
- (D) débito do Ativo Permanente e a crédito de Variação Ativa Independente de Execução Orçamentária.
- (E) débito do Ativo Permanente e a crédito de Variação Ativa Dependente de Execução Orçamentária.

47. O Balanço Orçamentário de um município apresentou os seguintes dados (em R\$):

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – MUNICÍPIO X							
RECEITA (em R\$)				DESPESA (em R\$)			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes	800.000,00	810.000,00	10.000,00	Créditos Orçamentários	960.000,00	980.000,00	20.000,00
Receitas de Capital	370.000,00	370.000,00	0,00	Créditos Especiais	140.000,00	150.000,00	10.000,00
				Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma	1.170.000,00	1.180.000,00	10.000,00	Soma	1.100.000,00	1.130.000,00	30.000,00
				Superávit		50.000,00	50.000,00
TOTAL	1.170.000,00	1.180.000,00	10.000,00	TOTAL	1.100.000,00	1.180.000,00	80.000,00

No total dos créditos orçamentários estão incluídos também os créditos suplementares. Analisando esse balanço, é correto afirmar que

- (A) houve economia orçamentária de R\$ 30.000,00.
- (B) houve frustração de arrecadação de R\$ 20.000,00.
- (C) ocorreu excesso de arrecadação de R\$ 10.000,00.
- (D) ocorreu déficit orçamentário de R\$ 50.000,00.
- (E) houve excesso de despesas de R\$ 10.000,00.
48. Dos dados do Balanço Financeiro e do Balanço Orçamentário de um Estado da Federação foram extraídas as seguintes informações (em R\$):

Superávit orçamentário do exercício	120.000,00
Saldo do exercício anterior (Balanço Financeiro)	100.000,00
Saldo do exercício seguinte (Balanço Financeiro)	150.000,00

É correto concluir que

- (A) não houve inscrição de restos a pagar no exercício.
- (B) as despesas orçamentárias realizadas superaram as receitas orçamentárias arrecadadas em R\$ 50.000,00.
- (C) as receitas extraorçamentárias superaram as despesas extraorçamentárias em R\$ 50.000,00.
- (D) as despesas extraorçamentárias superaram as receitas extraorçamentárias em R\$ 70.000,00.
- (E) o pagamento no exercício de restos a pagar superou a inscrição de restos a pagar no exercício em R\$ 70.000,00.
49. No Balanço Patrimonial de um ente público, o valor do Ativo Real foi de R\$ 820.000,00 e o Saldo Patrimonial foi positivo em R\$ 130.000,00. O valor do Passivo Permanente desse ente público corresponde a 150% do valor do Passivo Financeiro. O valor do Passivo Permanente deste ente público é, em R\$, igual a

- (A) 414.000,00.
- (B) 386.000,00.
- (C) 312.500,00.
- (D) 276.000,00.
- (E) 230.000,00.



50. Trata-se de mutação patrimonial, cuja contrapartida corresponde a uma variação ativa na Demonstração de Variações Patrimoniais de um ente público,
- (A) a cobrança da dívida ativa.
- (B) a alienação de bens móveis.
- (C) o montante de empréstimos tomados.
- (D) o recebimento de créditos.
- (E) a aquisição de títulos e valores.
- 
51. Um capital aplicado no regime de capitalização composta, à taxa de juros de 10% ao ano, rendeu R\$ 31.500,00 de juros em dois anos. O mesmo capital, aplicado pelo mesmo período e a uma taxa de juros de 15% ao ano, no regime de capitalização simples, renderia juros no valor, em R\$, de
- (A) 44.750,00.
- (B) 45.000,00.
- (C) 45.300,00.
- (D) 45.600,00.
- (E) 45.750,00.
- 
52. João da Silva obteve um financiamento imobiliário no valor de R\$ 240.000,00, a ser quitado em 120 parcelas mensais consecutivas e subsequentes pelo Sistema de Amortização Constante (SAC). Sabendo que a taxa de juro efetiva mensal é de 1% ao mês, o valor da 11ª (décima primeira) prestação será, em R\$, de
- (A) 4.280,00.
- (B) 4.200,00.
- (C) 4.220,00.
- (D) 4.260,00.
- (E) 4.160,00.
- 
53. O Princípio orçamentário que veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções previstas na CF/88, é o da
- (A) Exclusividade.
- (B) Universalidade.
- (C) Anualidade.
- (D) Não afetação das receitas.
- (E) Unidade.
- 
54. Com relação à elaboração, discussão, votação e aprovação da proposta de lei orçamentária da União, é correto afirmar:
- (A) Somente o Poder Executivo tem autonomia para elaborar sua proposta orçamentária.
- (B) A Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é que deve tomar a iniciativa de encaminhar o projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional.
- (C) O projeto de lei orçamentária deve ser analisado pelas duas casas do Congresso Nacional em separado, devendo obter maioria simples em cada uma delas.
- (D) O Congresso Nacional pode apresentar emenda ao Orçamento para aumentar a despesa fixada para um órgão público, desde que apresente proposta de elevação de tributação para compensar o acréscimo na despesa.
- (E) A principal diretriz orçamentária para a elaboração do projeto de lei do orçamento nos últimos anos até 2008 é a meta pretendida de resultado primário.
- 
55. NÃO consta da Lei das Diretrizes Orçamentárias:
- (A) demonstrativo regionalizado do efeito dos benefícios de natureza fiscal, financeira e creditícia.
- (B) Anexo de Metas Fiscais.
- (C) Anexo de Riscos Fiscais.
- (D) política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) critérios e formas de limitação de empenho, em caso de não cumprimento das metas fiscais.
- 
56. No que diz respeito à repartição das receitas tributárias, é correto afirmar:
- (A) Os recursos repassados para o Fundo de Participação dos Municípios provêm da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras e do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (B) A União divide a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural com os municípios.
- (C) Os Estados repassam 10% do ICMS recolhido aos municípios na razão inversa da renda *per capita* de cada um.
- (D) Os municípios entregam aos Estados 50% do montante recolhido a título do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
- (E) A União está dispensada de repassar aos Estados e ao Distrito Federal qualquer valor arrecadado de imposto criado com o uso da competência residual de que trata o art. 154 da CF/88.



57. São despesas de capital
- (A) as subvenções econômicas.
  - (B) os juros da dívida pública.
  - (C) os pagamentos de restos a pagar de exercício anterior.
  - (D) os débitos de tesouraria.
  - (E) as participações em constituição de capital de empresas.

58. No que concerne ao empenho da despesa pública, é correto afirmar:
- (A) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho.
  - (B) O empenho da despesa cujo montante não se possa determinar é denominado empenho global.
  - (C) É permitido o empenho por estimativa de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
  - (D) Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
  - (E) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que somente cria para o Estado obrigação de pagamento após a liquidação da despesa.

59. Concorrência é a modalidade de licitação entre
- (A) quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
  - (B) quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
  - (C) quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
  - (D) interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
  - (E) interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

60. O adiantamento ou suprimento de fundos
- (A) pode ser concedido mesmo que não haja urgência na realização da despesa.
  - (B) deve ser precedido do empenho da despesa a realizar.
  - (C) dispensa a prestação de contas posterior, por se tratar de despesas de pequeno valor.
  - (D) pode ser concedido a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a ser adquirido.
  - (E) não pode ser concedido para despesas que devam ser feitas em caráter sigiloso.